



A OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA, 1835-1842

FHE **POUPEX**



Cel CLÁUDIO MOREIRA BENTO

Historiador Militar e Jornalista Presidente e Fundador da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS) e da Academia Canguçuense de História (ACANDHIS) e sócio benemérito do Instituto de Geografia Militar e História Militar do Brasil (IGHMB) e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e integrou a Comissão de História do Exército do Estado-Maior do Exército 1971/1974. Presidente emérito fundador das academias Resendense e Itatiaense de História e sócio dos Institutos Históricos de São Paulo, Rio de Janeiro e Sorocaba. Foi o 3º vice presidente do IEV no seu 13º Encontro do IEV em Resende e Itatiaia que coordenou o Simpósio sobre a Presença Militar no Vale do Paraíba, cujas comunicações reuniu em volumes dos quais existe exemplar no acervo da FAHIMTB doado a Academia Militar das Agulhas Negras. É Acadêmico e Presidente Emérito fundador das Academias Resende onde é titular da cadeira Conde de Resende e, Itatiaense de História, sendo que da última é Presidente emérito vitalício e também Presidente de Honra. Serviu no Estado-Maior do II Exército 1976/1977, atual CMSE. Desde 1978 está ligado a Resende onde foi instrutor de História Militar na AMAN. E onde desde 1980 possui casa no Bairro Jardim das Rosas em Itatiaia.

Artigo do autor digitalizado para ser colocado em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br e cópia impressa no acervo da FAHIMTB doado e Boletim a AMAN e em levantamento para integrá-lo no Programa Pergamium de Bibliotecas do Exército

A OCUPAÇÃO INGLESA DA REGIÃO DO PIRARA

1835-1842

Cel Claudio Moreira Bento

Presidente e Fundador da FAHIMTB no seu 20º ano de fundada

Os ingleses chegaram à Guiana Inglesa em 1781, depois de a conquistarem aos holandeses.

Em 1810, pela primeira vez, subiram o rio Essequibo, sendo detidos por um destacamento militar português do Forte São Joaquim, que forçou os ingleses a voltarem para a margem esquerda do rio Rapumani.

Os ingleses, representados por missionários evangélicos, formaram no Pirara um pequeno núcleo, aumentado por índios contratados e por exilados do Pará favoráveis à idéia de não independência do Brasil. E formaram o que chamaram Forte de Nova Guiné, de onde foram expulsos por contingentes militares brasileiros.

Em 1827, quando o Brasil enfrentava a Guerra da Cisplatina (1825-28), desfalcado de três divisões que retornaram a Portugal com a nossa Independência, se refazia das lutas para a consolidação da Independência e do combate à Confederação do Equador, em 1824, o Governador da Guiana Inglesa aproveitou para contestar os limites Brasil x Guiana Inglesa. Em 1837, quando o Brasil enfrentava a Balaiada no Maranhão, a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no RGS, o Lord Palmerston promoveu a missão Schoburgk **“de reconhecer as montanhas que dividiam as bacias do Amazonas e Essequibo, dando continuidade a reconhecimentos realizados em 1835 por conta da Royal Geographic Society”**.

Mais tarde, ao contrário de dois relatórios anteriores, afirmou que o Forte de São Joaquim havia sido sempre considerado o limite do Brasil com a Guiana Inglesa.

Aí teve início a manobra espoliadora do Brasil da planície do Pirara. Em junho de 1838, estabeleceu-se no Pirara, então brasileiro, com uma missão, o reverendo inglês Thomas Youd.

Em fevereiro do ano seguinte, o Capitão Leal, comandante do Forte São Joaquim, forçou o Reverendo Youd a retirar-se da região em litígio.

Esta ação provocou reação dos ingleses, que comunicaram ao Brasil terem encarregado Schoburgk **“de delimitar as fronteiras Brasil x Guiana Inglesa”** e ao governo da Guiana **“para se opor a toda a usurpação sobre o Pirara ou sobre o território até agora ocupado por tribos independentes”**.

Ou seja, os índios macuxis, para ali atraídos pelos ingleses. O Pirara foi ocupado pelo missionário brasileiro, frei José dos Santos Inocentes, que foi intimado a abandonar o Pirara por um oficial inglês, e o território brasileiro limítrofe foi ocupado por **“índios independentes”**. O Brasil, sob a Regência, e enfrentando lutas internas, ingenuamente concordou em retirar do Pirara seu destacamento militar e seus delegados, assim como, também, dos territórios ocupados por **“tribos independentes”**, reconhecendo assim, em caráter provisório, a neutralidade dos territórios citados. Estabeleceu como condição: **“Que os índios permaneçam ali independentes do Brasil e Inglaterra e na posse exclusiva do terreno, até a definição dos limites contestados entre o Brasil e Inglaterra”**.

O Brasil cometeu um equívoco diplomático ao concordar com a tese de **“tribos independentes”**. Mas aí veio a manobra de esbulho ao Brasil, liderada por Schoburgk em fevereiro de 1842, quando iam acesas e vivas as revoluções Farroupilha, no Rio Grande do Sul, a Liberal em São Paulo e depois a de Minas Gerais, que roubavam a atenção do Governo Imperial.

Com a proteção de um destacamento militar inglês, Schoburgk chegou ao Pirara e colocou os marcos fronteirizos, sem esperar por uma decisão sobre a área em litígio. A Inglaterra contestava uma área de 54.687 km². Em 1888, protestou junto à Rainha Victória o General Dionísio Cerqueira, como Ministro das Relações Exteriores, contra decisão do Tribunal Anglo-Venezuelano, que decidiu traçar os limites entre os dois países por território brasileiro não contestado. Protesto renovado no ano seguinte.

Em 1891, na época da renúncia do Presidente Marechal Deodoro, forçada por uma revolta, a Inglaterra reduziu a área a menos da metade, ou seja, 25.687 km². Desta área, o Brasil renunciou a cerca de 3/5, ou 15.087 km², ao aceitar, em 1904, o laudo arbitral do Rei Vitório Emmanuel, da Itália.

Com este final, o Brasil perdeu o acesso ao rio Essequibo através do rio Rapunami e, conseqüentemente, ao Mar das Antilhas, e a Inglaterra passou a desfrutar de acesso à Bacia Amazônica pelo Pirara, descendo o rio Tacucú, afluente do rio Branco.

O limite do Brasil no rio Rapunami recuou para o rio Mahú. Joaquim Nabuco foi encarregado de defender o Brasil. A solução, que foi julgada injusta e que passou a História como **Questão do Pirara**, foi aceita pelo Brasil como

fidelidade aos princípios de respeito às decisões de arbitramento internacional. Schoburgk foi premiado por seus serviços à Inglaterra com o título de Sir .

A retirada do Pirara do destacamento do Forte São Joaquim, que a guarnecia, possibilitou a presença na área de faiscadores de diamantes, o que serviria de argumento à Inglaterra para alegar sua soberania sobre a área. Em 1975, em viagem como aluno da Escola Nacional de Informações, então subordinada à Presidência da República, ouvimos exposição do Comandante Militar da Amazônia, General Bethlem, que em território brasileiro, ao leste de Airão, fora encontrada uma tribo falando inglês. Então alertamos pelo precedente ali ocorrido com a perda da planície do Pirara. Foi informado, na ocasião, que na fronteira Brasil x Guiana Inglesa, por onde havia se infiltrado esta tribo falando inglês, fora colocado um Pelotão de Fronteira. Estudou este episódio o acadêmico da AHIMTB Cel João Ribeiro da Silva, **na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, 162(411)159/161, Abr/Jun2001, na qual indicou alguns outros trabalhos, entre eles o do General Mário Travassos, patrono da AHIMTB Resende e o do General Antônio de Souza Junior, patrono de cadeira na AHIMTB.

Ver mais detalhes na obra:

BENTO, Claudio Moreira Bento. **Amazônia Brasileira. Conquista. Consolidação .Manutenção, História Militar Terrestre da Amazônia**. 1616/2003. Porto Alegre: AHIMTB, 2003. Disponível em Livros e Plaquetas no site da FAHIMTB www.ahimtb.org.br